Manuais do Fundo estão superados, afirma Penna

NELSON LEMOS
Enviado especial

LONDRES — O governo brasileiro pretende cumprir as exigências do acordo com o Fundo Monetário Internacional, desde que não levem as estruturas sociais do País ao ponto de ruptura, afirmou ontem o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, durante entrevista em que fez duras críticas ao que qualifica de "manuais superados" do FMI.

Existe um limite para o País aplicar as medidas pactuadas com o FMI, disse o ministro, embora sem precisar a linha divisória que o governo brasileiro não admite ser ultrapassada. Considerou fundamental ajustar-se o FMI, "sem orgulho ou preconceito", às novas realidades da economia internacional, principalmente a perda de receita dos países subdesenvolvidos no comércio mundial.

O ministro da Indústria e do Comércio enfatizou que, mesmo sem acordo com o FMI, é preciso baixar dramaticamente a inflação brasileira, cuja manutenção reduz a credibilidade do governo. A seu ver, a sociedade brasileira encontra-se dopada pelo uso da correção monetária e com o crescimento nominal dos salários. A defesa do Decreto-Lei nº 2.045 foi por ele feita de maneira enfática, pois em sua opinião não diminuirá os

salários, mas, ao contrário, reduzirá a incidência deles na produção industrial, tornando mais baratos os preços das mercadorias vendidas para os assalariados.

PROTECCIONISMO

O Brasil está disposto a andar na beira do precipício, mas não a cair dentro dele, observou o ministro Camilo Penna, para enfatizar sua tese quanto à aceitação de determinados limites de sacrifício impostos à economia do País pelo acordo com o Fundo Monetário.

Mas do lado dos países credores, é preciso que diminuam as barreiras protecionistas contra a entrada de produtos dos países subdesenvolvidos, reduzam igualmente a corrida armamentista e forneçam fluxos financeiros estáveis e a custos mais baixos. Esta contrapartida é que o Brasil espera, para ajustar-se ao figurino do FMI, e também para que a recuperação de sua economia não seja afetada por fatores externos que independem de ação própria.

Internamente, disse, "o governo já vem dando provas de providências para baixar a inflação, ao diminuir os efeitos dos salários sobre os custos de produção, e também ao reduzir o déficit público e as despesas governamentais, entre as quais as mordomias constituem o menor peso".